


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de Ibaté

FORO DE IBATÉ

VARA ÚNICA

RUA ALBANO BUZO, 367, IBATE - SP - CEP 14815-000

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min
SENTENÇA

Processo Digital nº: **1000045-74.2017.8.26.0233**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Anulação de Débito Fiscal**
 Requerente: **Luciano Severino da Silva**
 Requerido: **"Fazenda Pública do Estado de São Paulo"**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Eduardo Cebrian Araújo Reis

Vistos.

LUCIANO SEVERINO DA SILVA ajuizou a presente ação declaratória c.c. repetição de indébito contra a FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO objetivando afastar a exigibilidade de débitos de IPTU do ano de 2015, sustentando haver alienado o veículo a terceiro em junho de 2014. Formulou pedido liminar e requereu a restituição dos valores pagos e o cancelamento do protesto.

Tutela de urgência indeferida a fl. 40.

A FESP apresentou contestação defendendo a legalidade da cobrança e a regularidade do apontamento (fls. 54/60) .

Houve réplica (fls. 70/72).

Instadas, as partes requereram o julgamento antecipado da lide (fls. 75/76).

É o relatório.
Fundamento e DECIDO.

O processo comporta julgamento imediato, nos termos do artigo 355, inciso I, do Código de Processo Civil.

A ação é improcedente.

Com efeito, o artigo 4º, III, da Lei 6.606/89, aplicável ao caso, estabelece que o alienante de veículo automotor que deixar de comunicar a ocorrência do negócio à autoridade de trânsito fica solidariamente responsável pelo pagamento do imposto.

No caso em cotejo, o veículo cuja propriedade se tributa, foi vendido pelo autor em junho de 2014, mas a comunicação da venda às autoridades apenas foi efetivada em maio de 2016, após o lançamento do tributo.

Assim, havendo previsão expressa na legislação da responsabilidade tributária solidária do vendedor do veículo automotor com o adquirente, na hipótese de não comunicação da venda, não há que se falar em inexigibilidade da cobrança.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de Ibaté

FORO DE IBATÉ

VARA ÚNICA

RUA ALBANO BUZO, 367, IBATE - SP - CEP 14815-000

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

O Tribunal de Justiça de São Paulo conhece a matéria e nesse sentido vem decidindo, o que se demonstra pelo recente aresto: *"IPVA EX-PROPRIETÁRIA QUE NÃO COMPROVOU TER COMUNICADO A ALIENAÇÃO DO VEÍCULO AO ÓRGÃO DE TRÂNSITO COMPETENTE RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA ART. 4º, III, DA LEI ESTADUAL 6.606/89 E ART. 6º, II, DA LEI ESTADUAL 13.296/08 AÇÃO IMPROCEDENTE SENTENÇA CONFIRMADA"* (Ap 0022253-79.2009.8.26.0482, 4ª Câmara de Direito Público, Rel. Ricardo Feitosa, vu, 28/04/2014).

Do voto do eminente relator, destaca-se o seguinte excerto:

"É certo que a propriedade de veículo transfere-se pela simples tradição, o que não significa que o proprietário anterior que não comunicar a ocorrência ao órgão público encarregado do registro e licenciamento, inscrição ou matrícula, esteja livre de solidariamente responder pelo pagamento do IPVA, pois isto é o que estabelecia o art. 4º, inciso III, da Lei Estadual nº 6.606/89 e agora dispõe o art. 6º, inciso II, da Lei Estadual nº 13.296/08. Mesma sistemática, aliás, da adotada pelo art. 134 do Código de Trânsito, que na falta de comunicação pelo proprietário antigo responsabiliza-o solidariamente pelas penalidades impostas."

Assim, constata-se o acerto do direcionamento da cobrança, bem assim o protesto do título em desfavor do autor, uma vez que descumpriu obrigação acessória de comunicar a realização do negócio a quem exigido, não havendo que se falar em ilegitimidade ou desacerto da cobrança contra ele perpetrada e, conseqüentemente, em repetição de indébito.

Ante o exposto, **JULGO IMPROCEDENTE** o pedido. Sucumbente, arcará o autor com custas e honorários advocatícios fixados em R\$300,00, ante a modicidade do valor atribuído à causa.

Interposta apelação, intime-se para apresentação de contrarrazões e remetam-se os autos à Superior Instância com as cautelas de estilo e as homenagens do Juízo.

P.I. Oportunamente, arquivem-se.

Ibate, 19 de outubro de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**